

PREFÁCIO

A infraestrutura e a segurança jurídica devem caminhar lado a lado a fim de asseverar o desenvolvimento da sociedade brasileira. Mais que isso, a segunda confere a base sólida para a elaboração de políticas públicas que visam à integração nacional, unindo os rincões mais distantes aos grandes centros, à certeza de uma viagem mais segura, em rodovias modernas e que respeitam as vidas, ao escoamento da gigantesca produção nacional de bens, à competitividade sadia, de forma a prover benefícios a todos os cidadãos.

Nesse contexto, a atuação do Ministério da Infraestrutura pauta-se, sobretudo, em quatro pilares, que abarcam (i) a ampliação da infraestrutura nacional, com o estímulo às parcerias com a iniciativa privada; (ii) a resolução de desafios históricos no setor de concessões, a partir, especialmente, das relitações e prorrogações antecipadas; (iii) a conclusão de obras inacabadas e estruturantes, notadamente em corredores de exportação e eixos de integração regional; (iv) e o fortalecimento das instituições.

A segurança jurídica dá sustentáculo à fundação de tais pilares, permeando todas as fases até o acabamento do projeto. Auxilia, assim, na construção, supervisão, manutenção e operação tanto dos serviços quanto das ideias, compondo o entrelaçamento de disciplinas, que, especialmente no mundo da infraestrutura, é fator decisivo para o sucesso do empreendimento no seu todo.

Esta coletânea é fruto, exatamente, da presença fundamental da segurança jurídica nos projetos de infraestrutura, revelando a maneira como deve ser vista e entendida. Seu caráter multidisciplinar, atual, fundamentado, com foco nas experiências e reflexões dos diferentes atores que contribuíram, nos últimos anos, para a superação dos diversos gargalos existentes na infraestrutura brasileira, ressalta o diferencial e a relevância da obra, certamente de referência para todo o setor de infraestrutura.

O presente trabalho coletivo, construído por agentes públicos, privados e acadêmicos, traz, na primeira parte, textos relacionados aos setores aéreo e portuário, e, na segunda, aqueles afetos ao setor de transportes terrestres e tópicos transversais, com destaque, em ambos, para temas de importância ímpar ao desenvolvimento da infraestrutura

de transportes do país, que perpassam, sob as perspectivas jurídica, econômica e regulatória, com diversos estudos de caso, pela evolução dos setores aéreo, portuário e de transportes terrestres no Brasil, considerando suas especificidades, assimetrias, novos institutos jurídicos e regulatórios, bem como paralelos internacionais, além de discussões sobre incidência de IPTU em contratos de concessão, BR do Mar, TRIIP, autorizações ferroviárias, bens reversíveis, investimentos cruzados e os mecanismos destinados à resolução e prevenção de controvérsias.

É, portanto, uma obra primorosa que reflete o trabalho de excelência observado no âmbito do setor de infraestrutura de transportes. Sabe-se que os desafios ainda são muitos, mas é a partir de iniciativas como esta que conseguiremos avançar cada vez mais nos debates em prol do desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

Tarcísio Gomes De Freitas
Ministro de Estado da Infraestrutura